

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 051

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 29 DE ABRIL DE 2002

ANO XXVIII

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PDT

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSDB

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Ademar Luiz Traiano</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i> .....	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i> .....	<i>Marcos Isfer</i>

## Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**Termo de Transmissão de Cargo:**

TERMO DE TRANSMISSÃO DO CARGO DE  
PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO PARANÁ AO EXCELENTÍSSIMO  
SENHOR DEPUTADO ELIO LINO RUSCH  
PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE DO  
PODER LEGISLATIVO

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e dois, no Palácio Dezenove de Dezembro, o Excelentíssimo deputado Hermas Eurides Brandão transmite, temporariamente, o cargo de presidente da Assembleia Legislativa do Estado, na forma do parágrafo 1º do artigo 15 do Regimento Interno deste Poder Legislativo, ao Excelentíssimo senhor deputado Elio Lino Rusch, primeiro vice-presidente.

Eu, Abib Miguel, diretor-geral da Assembleia Legislativa do Estado, mandei lavrar o presente termo, que após lido, vai devidamente assinado pelos Excelentíssimos senhores deputados Hermas Brandão e Elio Lino Rusch.

Curitiba, 29.04.2002  
(aa) HERMAS BRANDÃO  
ELIO LINO RUSCH

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 034ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
29 DE ABRIL DE 2002**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Cezar Silvestri e Antonio Carlos Belinati.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval

Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Justus; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:****Mensagem:**

MENSAGEM Nº 015/2002

Curitiba, 24 de abril de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa. para ser apreciado por essa augusta Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei dispondo que ao servidor regido pela Consolidação das Leis do Trabalho contratado pela Secretaria de Estado da Educação ou pela Paranaeducação, poderá ser concedida por ato do chefe do Poder Executivo uma gratificação meritória especial, de natureza transitiva e excepcional, pela assiduidade e eficiência no serviço, no valor total de R\$450,00,(quatrocentos e cinquenta reais) para os celetistas administrativos e de serviços gerais, integrantes do Quadro de Apoio, com carga horária semanal de 20 (vinte) horas, e de R\$900,00 (novecentos reais) para os servidores celetistas administrativos e de serviços gerais, integrantes do Quadro de Apoio, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas. Tal gratificação será paga em 9 (nove) parcelas mensais, iguais e sucessivas e não será computada para fins de contribuição previdenciária, assim como não integrará a base de cálculo para concessão de vale transporte e auxílio-alimentação.

O plano de lei em referência é de grande significado porque, mais uma vez, expressa a preocupação do governo do Estado em atender, sempre que possível as reivindicações do funcionalismo.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprova-

ção, reitero a V.Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Ao servidor regido pela Consolidação das Leis do Trabalho contratado pela Secretaria de Estado da Educação ou pela Paranaeducação, poderá ser concedido, por ato do chefe do Poder Executivo, uma gratificação meritória especial, de natureza transitiva e excepcional, pela assiduidade e eficiência no serviço, no valor total de R\$450,00 (quatrocentos e cinquenta) reais, para os servidores celetistas administrativos e de serviços gerais, integrantes do Quadro de Apoio, com carga horária semanal de 20 (vinte) horas, e de R\$900,00 (novecentos reais) para os servidores celetistas administrativos e de serviços gerais, integrantes do Quadro de Apoio, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas.

Parágrafo Único - O valor referente à gratificação meritória, prevista no *caput* deste artigo, será pago em 9 (nove) parcelas mensais, iguais e sucessivas.

Art. 2º - A responsabilidade administrativa pela comprovação da assiduidade dos servidores será da chefia imediata ou da unidade de recursos humanos competente.

Art. 3º - Para fins de aplicação do disposto no artigo 1º desta lei, podem ser justificadas pelo chefe da unidade onde o servidor estiver laborando ou pela unidade de recursos humanos competentes as faltas previstas no artigo 472 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 4º - A gratificação meritória, prevista no artigo 1º desta lei, não será computada para fins de contribuição previdenciária e não integrará a base de cálculo para concessão de vale transporte e auxílio alimentação.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**À Diretoria Legislativa.**

#### Ofícios:

##### OFÍCIOS

Sob o nº CTL/SEEG/152/2002, do senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 132/2000 de autoria do Tribunal de Justiça, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº 01/2002, do senhor Walter Alves de Souza, diretor-presidente da Paraná Investimentos S.A.

encaminhando Relatório de Atividades da Paraná Investimentos S.A., relativo ao período de 01.10.2001 a 31.03.2002. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº ATCC 130/2002, do senhor Guaracy Andrade, chefe da Casa Civil, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Algaci Tulio, que pede esclarecimentos sobre a Aplicação dos Recursos do Ministério da Justiça, referentes ao Plano Nacional de Segurança Pública. **Ao conhecimento do deputado interessado.**

Sob o nº 100/2002 do senhor Wilson Justus Soares, secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Marcos Isfer, que pede esclarecimentos sobre Obras de Restauração Implantação de Acostamentos e Sinalização da Rodovia PR-412, Pontal do Paraná- Matinhos. **Ao conhecimento do deputado interessado.**

Sob o nº 272/2002, do senhor Ingo Henrique Hübert, diretor-presidente da Copel, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Luiz Carlos Zuk, que pede esclarecimentos sobre Debêntures que a Copel pretende colocar no Mercado. **Ao conhecimento do deputado interessado.**

OF/CTL/SEEG Nº 161/2002

Curitiba 29 de abril de 2002

Senhor Presidente:

Tenho a honra de vir à presença de V. Exa. a fim de comunicar a essa augusta Assembléia Legislativa que afastar-me-ei do país, com destino aos Estados Unidos, no período compreendido entre 30 do corrente e 07 de maio próximo, com vistas a atender compromissos referentes a roadshow em Nova Iorque, relativamente à listagem das ações da Sanepar na New York Stock Exchange-NYSE.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER  
Governador do Estado

OFÍCIO Nº 014/2002 GVG

Curitiba, 24 de abril de 2002

Senhor Presidente:

Venho, conforme autorização concedida através do Decreto Legislativo nº 004/2001, comunicar a V. Exa. e aos demais pares do Poder Legislativo, que afastar-me-ei do país com destino à Europa, a fim de, atendendo missão especial a mim atribuída pelo governador do Estado, acompanhar atos de renovação do Acordo de Cooperação entre o Porto de Barcelona e o Porto de Paranaguá e Antonina, assim como tratativas visando Acordo de Cooperação entre o Porto de Valência e o referido porto paranaense e, ainda, manter contatos com autoridades da Catalunha e encontro com empresários espanhóis visando

ampliação de investimentos no Paraná, para cujos objetivos meu afastamento abrangerá o período compreendido entre 29 do corrente e 09 de maio próximo.

(a) EMILIA BELINATI  
Vice-Governadora do Estado

## Requerimentos:

### REQUERIMENTO Nº 1001

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada do item 01 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária - Projeto de Lei nº 233/99 de autoria do deputado Ricardo Maia (Isenta do pagamento de taxa de vestibular alunos egressos da escola pública estadual), por cinco Sessões, para que o mesmo seja apreciado pela Comissão de Educação, Cultura e Esportes desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 29.04.2002  
(a) ALGACI TULIO

### REQUERIMENTO Nº 983

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, licença de 10 (dez) dias, no período de 29 de abril a 08 de maio de 2002, para tratar de assuntos particulares.

Sala das Sessões, em 29.04.2002  
(a) HERMAS BRANDÃO

### REQUERIMENTO Nº 990

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário que seja marcada a Sessão Ordinária do próximo dia 30, para o período matutino.

Sala das Sessões, em 29.04.2002  
(a) ADEMAR TRAIANO

Apoiamento:

Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Zuk, Cezar Silvestri, Waldyr Pugliesi, Plauto Miró Guimarães e Carlos Simões.

### REQUERIMENTO Nº 992

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a formação de uma Comissão Especial Externa, composta por cinco membros, para tratar de assuntos relacionados aos cegonheiros, junto à fábrica Renault do Brasil, em São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 29.04.2002.  
(a) NEIVO BERALDIN

Apoiamento:

Waldyr Pugliesi, Hermes Fonseca, Augustinho Zucchi, Luiz Carlos Zuk, Ademir Bier, Luciana

Rafagnin, Antonio Carlos Belinati, Hidekazu Takayama, Algaci Tulio, José Maria Ferreira, Orlando Pessuti, Cezar Silvestri, Marcos Isfer, Moisés Leônidas, Valdir Rossoni, Renato Gaúcho e 1 ilegível.

## Projetos de lei:

### PROJETO DE LEI Nº 261/2002

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam acrescentados ao artigo 18, da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, os parágrafos 8º e 9º, com as seguintes redações:

“Art. 18 -...

§ 8º - Nas operações com álcool etílico hidratado combustível, promovidas pelas usinas produtoras, a responsabilidade tributária pelo débito próprio só poderá ser transferida a terceiros em relação à parcela do imposto incidente que exceder à aplicação do percentual da alíquota vigente para as operações interestaduais que destinem mercadorias ao Estado do Paraná.

§ 9º - A parcela do débito próprio transferível a terceiros, nos termos do parágrafo anterior, fica diferida para o estabelecimento adquirente, para ser incorporada ao debite decorrente da saída subsequente do produto do estabelecimento responsável”.

Art. 2º - Fica acrescentado ao artigo 25, da Lei nº 11.589, de 14 de novembro de 1996, o parágrafo 9º, incisos e alíneas, com as seguintes redações:

“Art. 25 -...

§ 9º - O valor dos saldos credores acumulados na conta gráfica dos contribuintes em razão de imunidade, isenção, suspensão, diferimento ou qualquer outra forma de substituição tributária, alíquota diferenciadas, ou quaisquer outras formas de benefício ou incentivo fiscal, poderá ser utilizada pelo contribuinte para quitar créditos tributários de ICMS de sua responsabilidade junto à Fazenda Pública Estadual, inclusive os valores que sejam objeto de parcelamento, sem prejuízo dos benefícios concedidos.

I - para proceder a quitação, total ou parcial, dos créditos tributários na forma deste parágrafo o contribuinte deverá:

a) à vista de extrato emitido pelo fisco, onde conste a identificação e o valor de cada um dos créditos tributários a serem objetos de quitação, emitir nota fiscal, no mesmo período de apuração a que se refere o extrato, com a finalidade de estornar de sua conta gráfica o valor total dos créditos tributários que pretende quitar:

b) escriturar a nota fiscal emitida no livro próprio, no campo reservado aos Estornos de Créditos, fazendo consignar na Guia de Informação e Apuração do ICMS (GIA-ICMS);

c) requerer ao fisco a baixa do crédito tributário, instruindo o pedido com o extrato dos créditos tributários a serem quitados, com a 1ª via da Nota Fiscal emitida e com a cópia da GIA-ICMS, na qual foi consignado o estorno do crédito;

d) anexar ao requerimento referido na alínea anterior, os requerimentos do pagamento das custas judiciais, tratando-se de créditos tributários inscritos em Dívida Ativa já ajuizados e dos honorários advocatícios nos casos em que já tenha ocorrido a citação do devedor no executivo fiscal.

II- para proceder baixa dos créditos tributários, a Fazenda Pública deverá:

a) realizar a auditoria dos créditos da empresa, para verificação de sua legalidade e legitimidade;

b) confirmada a regularidade dos créditos acumulados estornados, o agente fazendário que realizar a auditoria fará um relatório circunstanciado onde descreverá a atividade da empresa, a origem dos créditos, a relação dos principais fornecedores e as causas da acumulação dos créditos;

c) de posse do relatório referido no inciso anterior e da análise dos setores da Receita Estadual, a baixa será procedida mediante despacho do Diretor da Coordenação da Receita do Estado.

III - a protocolização do requerimento de quitação dos créditos tributários, referida na alínea c do inciso I, devidamente instruído, implicará corrigir, para efeito da quitação do valor dos créditos acumulados estornados na mesma proporção em que forem atualizados os créditos tributários no período compreendido entre a protocolização do requerimento e a baixa dos créditos dos arquivos da Receita Estadual;

IV - o requerimento, referido na alínea c do inciso I, deverá obter despacho conclusivo no prazo de 120 (cento e vinte) dias de sua protocolização.

V - decorrido o prazo de 120 (cento e vinte) dias sem que tenham havido decisão sobre o pedido de compensação será suspenso o andamento das ações ajuizadas visando a cobrança desses créditos tributários até a data da ciência do requerente do despacho referido no inciso anterior, tendo o contribuinte direito a obter nesse período, certidão positiva com efeito de negativa, em relação a esses créditos tributários”.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.04.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O presente texto, em se transformando em lei estadual, irá resolver duas questões que afligem o setor sucroalcooleiro há mais de cinco anos.

A questão mais importante é a que trata da problemática do diferimento do álcool etílico hidratado combustível que retira da usina produtora a obrigação de

pagar o ICMS de suas vendas, transferindo-a para as empresas distribuidoras de combustíveis.

A regra normal de tributação do ICMS é aquela em que o contribuinte faz em seu estabelecimento o confronto entre o valor de seus débitos e seus créditos e ao final do período mensal para o imposto quando devido.

Com o diferimento os débitos deixam de ser apurados e a empresa é obrigada a descontar o valor do ICMS do preço dos produtos que vende, uma vez que a responsabilidade pelo seu pagamento passa para a empresa compradora, no caso as distribuidoras, pois estas é que deverão recolher o tributo ao estado.

Desse fato que a princípio parece e é tratado como se fosse um benefício fiscal concedido ao setor, pois implica na não cobrança do ICMS nas saídas do produto quando promovidas pela usina, resultam vários inconvenientes, que invariavelmente causam prejuízos às empresas, como a seguir descrito.

O diferimento obriga a redução do preço de venda do produto. A diferença do valor do imposto, o qual se incorporado ao preço de venda do produto resultaria em acréscimo no faturamento e num capital de giro maior para as empresas produtoras em face da possibilidade da utilização desse capital pelo prazo médio de vinte dias entre o recebimento das vendas e o recolhimento aos cofres estaduais, vem beneficiando as empresas distribuidoras, dentre elas algumas das maiores mega empresas do mundo, em detrimento do industrial paranaense e sem dúvida do emprego, atualmente tão carente, na área rural do Estado.

Além disso, o diferimento gera a impossibilidade de utilização imediata dos créditos do imposto pago pelas indústrias nas matérias-primas de insumos utilizadas na obtenção dos seus produtos.

O crédito que se acumula sem possibilidade de ser utilizado representa grave prejuízo ao setor produtivo e sério desrespeito aos direitos e garantias previstos na carta magna, ao afrontar diretamente o princípio da não cumulatividade do ICMS.

O não aproveitamento desses créditos dentro do mês gera a esterilização do capital, fato que se agrava a cada mês que passa sem que se tenha a possibilidade dessa utilização, resultando em sério aumento no custo de produção das empresas sucroalcooleiras do Estado.

Em um mercado altamente competitivo como é o do álcool combustível, em que o maior produtor brasileiro é o nosso vizinho Estado de São Paulo, no qual as usinas não sofrem nenhum tipo de restrição tributária por parte do Governo Estadual, qualquer aumento de custo, diga-se de passagem, não é pequeno, implica perda de mercado, redução nas vendas, nos tributos, nos investimentos e no emprego.

O remédio que a Fazenda Estadual oferece para aliviar os efeitos danosos do acúmulo de crédito é a transferência desses crédito para utilização por terceiro. Tal remédio porém seria eficaz se tal transferência fosse imediata e não implicasse custo nenhum para as empresas,

no entanto não é o que ocorre, muito pelo contrário. Esse mecanismo mesmo que a legislação oferecesse todas as facilidades para a transferência dos créditos implicaria o custo do deságio a ser oferecido ao comprador dos créditos, para que exista algum interesse nessa aquisição.

É inaceitável para as empresas que tornaram o Estado do Paraná o segundo maior produtor nacional de açúcar e álcool que o governo, desnecessariamente, por conta de uma legislação imprópria, force o acúmulo dos créditos do ICMS no setor e as obrigue a sair à procura de compradores para vender seus direitos por preços irrisórios, ainda mais quando o Estado impõe um mecanismo extremamente burocrático lento, que impossibilita sob todos os aspectos a viabilização dessas transferências.

Esse fato se torna ainda mais grave quando se sabe que o setor vem aumentando significativamente a sua exportação de açúcar e álcool, operações beneficiadas com a desoneração constitucional do ICMS, e que em razão das características do imposto, geram, igualmente, acúmulo de créditos.

Portanto, a venda interna do álcool hidratado, com oneração do imposto, como é a regra geral de tributação, é o único meio de viabilizar efetivamente a neutralidade que rege o ICMS e a rentabilidade positiva das empresas.

Ressalte-se que o Estado é duplamente beneficiado às custas de impor ao setor sucroalcooleiro sacrifícios insuportáveis. O Estado vem recebendo compensações da União Federal por conta de ressarcir-lo das perdas de receitas decorrentes da desoneração das exportações, e ainda assim não permite a ela a utilização pela indústria de açúcar e álcool dos créditos decorrentes da sua atividade produtiva, que estão ficando retidos, sem possibilidade de utilização nas mãos das usinas, enquanto vem recebendo o imposto, sem compensar qualquer crédito, diretamente das distribuidoras.

Não existe modelo de política econômica que tenha sido sucesso e obtido como resultado o enriquecimento do Estado e a falência das empresas. Regra geral, a falência das empresas vem acompanhada da falência do Estado. A estrutura pública não se mantém sem um setor produtivo forte, ademais no caso do setor sucroalcooleiro paranaense que, como já se disse, tem os maiores e mais fortes concorrentes nas usinas do vizinho Estado de São Paulo, as quais não sofrem os problemas de ordem tributárias vividos pelas empresas paranaenses.

O que mais preocupa os empresários paranaenses é que tal tratamento discriminatório vem sendo justificado indevidamente em razão da existência de elevada inadimplência no setor.

Embora existam pendências físicas de algumas empresas do setor para com a Fazenda Estadual, esses números não justificam qualquer retaliação como parece estar ocorrendo, pois os créditos consolidados estão sendo objeto de regularização, tendo a sua grande maioria sido objeto de parcelamentos que vem sendo regularmente cumpridos.

Outra parcela representativa das dívidas ativas do setor refem-se a discussões que se desenrolam nos tribunais sobre o direito aos créditos de bens de capital que o Estado insiste em não reconhecer o direito das empresas, questão esta que só será dirimida pelos tribunais superiores do país. No entanto, para que essa discussão possa estar ocorrendo existe garantia do Juízo, assim nenhum risco está correndo a Fazenda Pública. Outra parcela refere-se a processos em discussão na esfera administrativa, onde sequer existe julgamento do mérito e nem podem tais créditos serem cobrados do sujeito passivo.

Há que se considerar ainda que o crédito da Fazenda Pública se faz em períodos passados, onde o setor passou por profundas crises, sendo que em 1999, por exemplo, o preço fixado pelo governo para o álcool hidratado era de R\$0,37 por litro e as empresas foram obrigadas a vender o produto até a R\$0,17 por litro.

A crise existiu, algumas das empresas se tornaram inadimplentes. Todavia, em menos de 3 anos, as empresas estão em franca recuperação, retomaram os investimentos, estão recuperando seus volumes de produção e de vendas, e mais do que isso estão buscando solucionar o seu passivo tributário.

Nesse sentido o presente projeto de lei atua na linha de permitir ao setor a redução de suas pendências com a Fazenda Pública, autorizando as empresas a utilizar os créditos acumulados de ICMS que possuem retidos em suas escritas fiscais para a quitação de créditos tributários da Fazenda Pública através do mecanismo da compensação nos termos do Art. 170 do Código Tributário Nacional.

Portanto a aprovação do presente é medida necessária e urgente para fazer justiça a um segmento produtivo dos mais representativos para a economia do Estado, com 35 unidades industriais, responsável por 72.000 empregos diretos na safra 2000/2001, sendo que o incremento de empregos diretos no setor nos últimos 10 anos foi da ordem de 95,77%, período em que houve no geral uma sensível redução nos níveis de emprego no campo.

Nesse período a área agricultável ocupada pela lavoura de cana subiu de 179.684 hectares na safra 91/92 para 296.668 hectares na safra 2001/2002, o que corresponde a 2,5% de toda a área agricultável do Estado do Paraná. De se notar que o aumento da área agricultável foi ampliado em 65,10% e a quantidade de cana moída no mesmo período cresceu 102,78% em decorrência da melhoria da produtividade das lavouras paranaenses por conta de elevados investimentos em tecnologia de plantio e conservação do solo empregados pelas Usinas.

A produção paranaense de açúcar da safra 1991/1992 que era da ordem de 236.000 toneladas deve atingir 1.351.000 toneladas na safra 2001/2002, com um crescimento percentual de 472,45%.

Melhor do que isso só o desempenho das exportações que cresceu de 60 toneladas em 1992, para 903.858 toneladas em 2001, com incremento de 1.406,43%,

No álcool o crescimento não foi relevante em termos de quantidade, tendo em vista que nesse período ficou para trás a era do carro a álcool e que esse foi o produto mais fortemente atingido pela última crise por que passou o setor, sendo portanto o segmento que mais precisa de apoio. De uma produção de 737.000 metros cúbicos na safra 1991/1992, atingiu uma produção de 1.341.000 metros cúbicos do produto na safra 1997/1998, para depois regredir a uma produção de 799.000 metros cúbicos na safra 2000/2001. Na safra 2001/2002 já se prevê uma significativa retomada da produção que deverá atingir 960.000 metros cúbicos.

Esta lei vem justamente no sentido de apoiar o setor, não no de conceder favores, mas apenas no de reduzir a interferência do Estado na atividade produtiva.

PROJETO DE LEI Nº 262/2002  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizada a construção de uma Mini Usina Elétrica, localizada no Rio São Francisco Falso, no lote rural nº 04, da Gleba 03, Imóvel Guairacá, no município de Céu Azul-Paraná.

Art. 2º - A construção da Mini Usina Elétrica, constante do artigo anterior, está condicionada ao cumprimento das normas ambientais emanadas pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP, nos termos da lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.04.2002.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

Objetiva o presente projeto de lei autorizar a construção de uma Mini Usina Elétrica, localizada no Rio São Francisco Falso, no município de Céu Azul, com capacidade para gerar 14,5 kw, com a utilização de 1/3 da vazão do rio que é de 1.500 litros por segundo.

A valoração econômica do meio ambiente é muito útil para a formação da política ambiental, pois permite boa integração com a política ambiental.

Assim sendo, na instalação da Mini Usina, o meio ambiente não será alterado, pois o local apresenta situações próprias para a instalação, sem que qualquer impacto ocorra em prejuízo dos aspectos ambientais.

Desta forma, contamos com o devido apoio dos nobres pares com assento nesta Casa de Leis, ao referido projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 263/2002  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública a Associação da Terceira Idade de Alto Paraná, com sede e foro no município de Alto Paraná-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.04.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação da Terceira Idade de Alto Paraná, fundada em 1999, conta com cinco grupos: Rainha da Paz, São Vicente de Paulo, São Cristóvão, Santa Terezi-nha, Santo Antonio, que reúnem-se em locais cedidos pela comunidade e atualmente conta com 185 (cento e oitenta e cinco) participantes, assistidos por vinte e nove colaboradoras.

Contando ainda com reuniões bimestrais, todos os grupos reúnem-se para confraternização. Os grupos realizam atividades festivas, culturais, recreativas, ações voltadas à saúde, etc., todas voltadas à terceira idade, com o objetivo de promover a socialização e melhoria da qualidade de vida dos integrantes.

Por ser instituição assistencial e sem fins lucrativos, que vem desenvolvendo um trabalho de elevado alcance social (como se pode comprovar pela documentação acostada), estamos solicitando sua declaração de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI Nº 264/2002  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam introduzidas alterações na legislação do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, em relação à mandioca.

Art. 2º - O lançamento do imposto incidente nas sucessivas saídas de mandioca e seus produtos, inclusive farinha e fécula fica deferido para o momento em que ocorrer:

I - saída com destino:

- a) a outro Estado;
- b) ao exterior;
- c) ao consumidor.

§ 1º - Pode o contribuinte optar pelo deferimento previsto neste artigo ou destacar o imposto podendo o destinatário creditar-se do imposto cobrado nas operações anteriores.

§ 2º - Poderá o estabelecimento beneficiador e industrializador da mandioca, em substituição ao aproveitamento de quaisquer créditos optar pelo crédito de importância equivalente à aplicação de 7% (sete por cento) sobre o valor de sua operação de saída dos produtos resultantes da mandioca, ainda que submetidos a outros processos industriais, opção esta que será declarada em termo no livro Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências, devendo a renúncia a ela ser objeto de novo termo.

§ 3º - Condiciona-se a que a operação de saída, seja tributada ou não o sendo, haja expressa autorização para que o crédito seja mantido.

§ 4º - Não se compreende na operação de saída referida no § 2º aquela cujos produtos ou outros deles resultantes sejam objeto de posterior retorno, real ou simbólico.

Art. 3º - Fica reduzida a base de cálculo do imposto incidente nas operações internas com a mandioca e seus produtos, de forma que a carga tributária resulte no percentual de 7% (sete por cento). (Convênio ICMS-128/94, cláusula primeira).

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.04.2002.

(a) ELIO RUSCH

#### JUSTIFICATIVA:

A cultura de mandioca, no Paraná, vem aumentando de importância desde 1980, tendo alcançado a primeira posição na safra 2000/2001. A área plantada foi de 21.000 hectares e a produção obtida chegou a 4.400.000 toneladas de raiz.

O Paraná se consagrou como maior produtor nacional, com participação de cerca de 18% (dezoito por cento) da produção, fundamentado, basicamente porque o cultivo da mandioca é uma boa opção para os pequenos produtores na geração de renda e empregos, e pela existência de grande número de indústrias, de modo especial as feculárias, que em sua maioria viriam transferidas do Estado de Santa Catarina.

Pelo fato de usar pouca mecanização, a cultura da mandioca apresenta uma elevada utilização de mão-de-obra no cultivo, que em média chega a 0,2 homens por hectare. Considerando que a área ocupada na safra de 2000/2001 foi de 211.000 ha, resulta em 42.200 empregos gerados ao longo do ano em nível de campo, e na agroindustrialização são gerados 5.000 empregos.

Desta forma, esperamos o entendimento e o devido apoio dos nobres pares com assento nesta Casa de Leis.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao 1º Secretário, deputado Cezar Silvestri, a leitura do termo de transmissão do cargo de presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná ao Exmo.

Sr. Elio Lino Rusch, a quem convido para vir tomar posse.

#### O SR. 1º SECRETÁRIO (**Cezar Silvestri**) (**Lê**):

“TERMO DE TRANSMISSÃO DO CARGO DE PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR DEPUTADO ELIO LINO RUSCH, PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE DO PODER LEGISLATIVO”

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e dois, no Palácio Dezenove de Dezembro, o Exmo. deputado Hermas Eurides Brandão transmite, temporariamente, o cargo de presidente da Assembleia Legislativa do Estado, na forma do parágrafo 1º do artigo 15 do Regimento Interno deste Poder Legislativo, ao Exmo. Sr. Deputado Elio Lino Rusch, primeiro vice-presidente.

Eu, Abib Miguel, diretor-geral da Assembleia Legislativa do Estado, mandei lavrar o presente termo, que após lido, vai devidamente assinado pelos Exmos. Srs. deputados Hermas Eurides Brandão e Elio Lino Rusch.

Curitiba, 29 de abril de 2002.

(aa) HERMAS BRANDÃO  
ELIO RUSCH”

#### O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, deputado Algaci Tulio.

#### O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, senhores deputados.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná recebe hoje, nas suas galerias, o número de quarenta caminhoneiros, trabalhadores, responsáveis, pais de família, que vivem do sustento do seu trabalho, e que lamentavelmente, nos últimos dias, estão jogados à sorte, sem saber que futuro terão em consequência de um rompimento de contrato que tinha a montadora Renault aqui no Paraná, com a empresa Gabardo, uma empresa que tem a sua matriz em Porto Alegre, mas que tem filial em Curitiba, e que agora está se transferindo em definitivo para a capital do Estado do Paraná.

A Empresa Gabardo, conforme todos puderam acompanhar no noticiário de imprensa, teve o seu contrato encerrado com a Renault, por motivos que evidentemente, só à Renault cabe esclarecer.

No entanto, o sindicato Sintravec, Sindicato dos Transportadores Rodoviários de Veículos e Containers do Estado do Paraná, está aqui representado pelo seu presidente Afonso Rodrigues de Carvalho, que veio acompanhado pelos senhores motoristas, profissionais da mais alta competência, que ao longo de suas vidas, se dedica-



ram ao trabalho, ao cuidado no transporte de cargas tão importantes e que não merecem ficar na situação que estão no momento.

Não sabem que destino daqui para a frente, porque na verdade, hoje a Empresa Gabardo já não tem mais o contrato com a Renault.

No entanto, há uma tentativa do Sindicato. E esta Casa, como casa política, pode também dar a sua contribuição, no sentido de que possamos demover a empresa a concessionária, Montadora Renault, no sentido do aproveitamento desses profissionais que nada tem a ver com rompimento de contrato. O que eles querem, na verdade, é poder trabalhar para sustentar as suas famílias.

E um outro fato lamentável, senhor presidente que depois o presidente do Sintravec pode também colocar, é a intromissão de um sindicato de São Paulo, nas negociações aqui no Paraná.

Quer dizer, o Paraná que viveu lá atrás, como 5ª Comarca de São Paulo; vivemos hoje como 5ª Comarca de Porto Alegre, por não termos aqui um Tribunal Regional Federal!

E vivemos agora, ainda como 5ª Comarca de São Paulo, porque um sindicato criado em São Paulo, vem aqui interferir nas negociações, tomar espaço do legítimo sindicato dessa categoria dos caminhoneiros, dos cegonheiros como queiram!

Então essas reivindicações, senhor presidente, vão ser colocadas agora pelo Afonso Rodrigues de Carvalho, que é o presidente do Sintravec, para que esta Casa tome ciência da injustiça que está se cometendo aqui no Estado do Paraná.

Dois grupos de transportadoras, inclusive a nível internacional, passam a ser preferidos pela Renault, pelas concessionárias que ganharam benefícios, de nós paranaenses, de cada um de nós, que com nossos impostos, contribuímos para que o governo do Estado pudesse dar algum privilégio, para que essas concessionárias viessem aqui se instalar.

Ao invés daquilo que foi prometido, de emprego para os paranaenses, de apoio à mão-de-obra paranaense, o que é que estamos vendo aí?

Lamentavelmente se pretere essa mão-de-obra que há tantos anos já vinha trabalhando para a Renault em preferência a grupos internacionais, a grupos que não são aqui do Paraná. Fica difícil o paranaense entender isso! Como é que o governo do Paraná concede benefícios, e na hora de retornar esse benefício ao povo do Paraná, ao trabalhador paranaense, isso não acontece, como é o caso agora dos Cegonheiros?

Por isso eu queria, senhor presidente, fazer uso inicial das minhas palavras, depois o deputado Waldyr Pugliesi também vai tecer algumas considerações e um outro fato agravante, senhor presidente.

Saio daqui em defesa e sou solidário ao deputado Neivo Beraldin, porque quando voltávamos lá de Mandirituba, onde fomos fiscalizar a questão do aterro sanitário, ele me convidou: vamos até a Renault. Só não o

acompanhei, porque eu tinha compromisso na televisão, mas o deputado foi e sequer foi permitida a sua entrada lá! Quer dizer, um desrespeito total a um parlamentar do Estado do Paraná que não pôde ter acesso nas dependências da Renault e talvez o Neivo Beraldin depois também faça as suas colocações aqui.

Então veja senhor presidente: é uma situação grave! Estão aí 40 trabalhadores. Atrás deles, aproximadamente mais 100 pessoas entre mulheres, filhos, filhas e mais genros, netos, netas e noras, quer dizer, pessoas que agora sabem que estão com um futuro incerto: onde trabalhar? Para quem trabalhar? E como trabalhar?

É uma situação crítica e, o que é pior, muitos aqui nem sequer acabaram de pagar os seus caminhões ainda! Sequer terminaram! E precisam daquele trabalho para poder, todo mês, chegar no banco, lá no leasing, e pagar a prestação do seu caminhão. E agora, como é que fica?

Será que a Renault sabe que o banco pode tomar o caminhão dessa gente?

Uma situação difícil, uma vida toda dedicada a uma profissão, a um ideal de vida de cada um deles, percorrendo este País inteiro, levando progresso no nosso País e agora ficarem no “olho da rua”, sem saber como será o futuro deles daqui para frente.

É nesse sentido que venho aqui apelar a esta Casa que em um ato político, evidentemente é o que nos resta, se permita ao presidente do sindicato usar o horário do Pequeno Expediente e depois, evidentemente, os demais companheiros poderão também se manifestar, se solidarizar com esses caminhoneiros que estão aqui: “cegonheiros desempregados, resultado da Renault”; “Este é o pagamento de 10 anos de serviços prestados honestamente à Renault” “Queremos trabalhar, não ser marginais”.

Eles querem continuar transitando, quem sabe, pela marginal da 277 que dá acesso à Renault. Aí sim! Mas não se transformarem em marginais desempregados nesta ação lamentável provocada pela Renault, permitindo que um sindicato de São Paulo viesse aqui intermediar negociações e preferindo outros dois grupos, um internacional e o outro nacional, para que venham aqui ocupar espaço de uma empresa genuinamente brasileira, com ramificação aqui no Estado do Paraná.

Era isso o que eu queria falar, senhor presidente.

#### O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Pequeno Expediente, deputado Nereu Moura.

Antes, porém, queremos registrar a presença do prefeito Ari Siqueira, de Rio Negro, que está aqui na tribuna assistindo a Sessão, bem como do presidente da Fundação Municipal de Ensino Superior de Palotina, o senhor Omar Basso e também da Maristela Rubert Hibesato, chefe de gabinete.

Muito obrigado por vossas presenças.

Deputado Nereu Moura, no Pequeno Expediente.

## O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras e senhores que participam da Sessão no dia de hoje.

Muitos assuntos teríamos para abordar aqui nesta Sessão.

Poderíamos falar sobre o assassinato do deputado Tiago, que começa, enfim, ser desvendado pela polícia. Nesse final de semana a polícia apresentou algum resultado, fruto da nossa cobrança aqui nesta Casa.

Poderíamos falar sobre a posição do PMDB em relação às eleições do governo do Paraná. Poderíamos falar sobre a quadragésima sexta viagem do governador Jaime Lerner ao exterior, completando 400 dias de viagens, de périplos, para países dos mais diferentes. Quarenta e seis viagens! Campeão absoluto em turismo, em passeios. E mais uma vez lá se vai o governador como um condor, viajando novamente para o estrangeiro. Poderia falar aqui sobre a Renault, sobre os cegonheiros, como o deputado Algaci Tulio já falou, e como o deputado Waldyr Pugliesi irá falar.

Mas, quero falar aqui, senhor presidente, sobre a renegociação dos títulos podres que o governo Jaime Lerner comprou de Alagoas, Pernambuco, Santa Catarina, Osasco e Guarulhos, perfazendo, hoje, um total de 590 milhões de reais. Amanhã termina o prazo dado pelo Banco Itaú para que o governo do Paraná apresente uma proposta para sanear esta dívida de 590 milhões de reais.

E, segundo o governo tem deixado vazar para a imprensa, a negociação está indo bem, o Paraná vai prorrogar a lei que deu exclusivamente ao Banco Itaú em manter as contas do Governo do Paraná por mais 10 anos, além de pagar a dívida em 36 parcelas de 15 milhões de reais por mês, suaves parcelas de 15 milhões de reais por mês, ou seja, o Lerner está comprometendo não só o governo dele, mas mais da metade do governo que irá tomar posse no dia 1º de janeiro do ano que vem.

A respeito disso, senhores deputados, nós tomamos uma iniciativa. O PMDB do Paraná irá argüir no Supremo Tribunal Federal a inconstitucionalidade da Lei nº 12.909, de autoria do Poder Executivo, que permitiu a exclusividade nos depósitos do Governo do Estado para o Banco Itaú. A Constituição da República, a Constituição Federal, no artigo 164, parágrafo 3º diz: “as disponibilidades de caixa serão depositadas no Banco no Banco Central, a dos Estados, do Distrito Federal, dos municípios e dos órgãos, ou entidades do Poder Público, e das empresas por elas controladas em instituições financeiras oficiais”. O Banco Itaú é uma empresa particular. O Governo do Paraná não pode permitir que as contas do Governo fiquem com exclusividade para o Banco Itaú.

Por conta disso, o PMDB irá argüir a inconstitucionalidade. E por isso o governo do Estado está em maus lençóis. O governo do Espírito Santo que está em processo de privatização do Banest (Banco Estadual do Espírito Santo), também tentou garantir o princípio da exclusividade para a instituição financeira que vier a comprar o Banco oficial do Espírito Santo, mas, o PPS,

presidido pelo Senador Paulo Artunge argüiu a inconstitucionalidade, e o Supremo Tribunal Federal deu a liminar derrubando a lei que previa a privatização do Banco Estadual do Espírito Santo, não permitindo a exclusividade das contas do governo daquele Estado numa instituição particular.

Da mesma forma eu quero até aqui, deputado José Maria, dizer que nós deputados da Oposição falhamos neste aspecto, porque se naquele momento nós tivéssemos recorrido ao Supremo Tribunal Federal, o Banco do Estado não teria sido vendido pelo governador Jaime Lerner. Se nós tivéssemos buscado lá o remédio legal, com certeza o governador Jaime Lerner não poderia ter dado a exclusividade das contas do governo do nosso Estado para o Banco Itaú por durante cinco anos, dando ele um lucro, só pela exclusividade, de mais de um bilhão de reais, pagando praticamente o dinheiro que o Banco Itaú deu para comprar o Banco do Estado do Paraná e agora quer o governador Jaime Lerner prorrogar a exclusividade por mais dez anos!

### (Orador passa a usar o horário do PMDB)

O governo Jaime Lerner não satisfeito de torrar o patrimônio público, não satisfeito de doar o patrimônio público, quer dar ao Banco Itaú o privilégio de manter as contas do governo por mais dez anos!

Então, nós iremos barrar essa delinquência, iremos barrar este instinto maléfico que não tem como prioridade os interesses do povo do Paraná, mas que tem com prioridade ajudar este... (ininteligível) que tem saqueado os recursos públicos do nosso Estado. Nós iremos argüir a inconstitucionalidade e já tem a jurisprudência e iremos ganhar isto, iremos derrubar a exclusividade e eu quero ver o Banco Itaú aceitar a proposta do refinanciamento da compra dos títulos podres que o governo Jaime Lerner comprou, este verdadeiro “mico” causando um prejuízo terrível ao povo do Paraná.

## O Sr. Ângelo Vanhoni

Permite um aparte, deputado?

### (Assentimento)

Muito obrigado, deputado Nereu, eu gostaria antes de tratar deste assunto do Banco do Estado o qual V. Exa. está tratando com toda propriedade, de aproveitar este aparte e apresentar um pouco a minha interrogação a respeito da versão da polícia no que diz respeito à morte do deputado Tiago Amorim.

Sinceramente, não estou convencido da versão do assassinato do deputado. Reduzir a autoria a uma pendência pessoal a um supervisor da Delegacia de Cascavel, não me parece que seja factível do ponto de vista da solução para este caso! Há uma série de linhas de investigação que sequer foram tratadas pela cúpula da Polícia Civil, mesmo pelo delegado que está no comando do caso. Eu, particularmente, guardo reservas sobre a versão da culpabilidade do mandante do crime, sendo este senhor chamado João Sampaio, que se encontra preso hoje na Delegacia de Cascavel.

No que diz respeito ao Banco do Estado, V. Exa. tem razão em levantar esta questão, mesmo porque os funcionários do Banco do Estado, que na época da privatização ultrapassava os sete mil funcionários no Estado do Paraná, hoje pelos números, que pelo menos eu tenho, não ultrapassam a dois mil. O número de demissões foi violento nesses últimos dois, três anos.

Quero dizer a V. Exa. que talvez faltou um pouquinho de, naquela momento, perceber que constitucionalmente poderíamos fazer alguma coisa para obstar a privatização no que diz respeito a esta cláusula que V. Exa. aborda. Mas é preciso lembrar que o governo brasileiro estava profundamente cúmplice do que acontecia na administração do Estado do Paraná, sobretudo em relação ao Banco do Estado do Paraná.

Não é caro para nós relembrar mais uma vez que a própria diretora de fiscalização do Banco Central, quando argüida no Senado Federal, se referiu à administração do Banco do Estado do Paraná, como uma verdadeira quadrilha instalada. Mesmo a diretora tendo este arrazoado, este convencimento, tecnicamente, o que acontecia no Banco do Estado do Paraná, o governo do Fernando Henrique Cardoso concordou com que o governo Lerner e a sua equipe fizessem o que fizeram aqui no Estado do Paraná, endividando o nosso povo com mais de 5 bilhões de reais, fazendo com que o dinheiro dos contribuintes saísse todo mês, 30 milhões de reais, para pagar uma dívida que não foi o povo do Paraná e muito menos os contribuintes que fizeram, em relação ao Banco do Estado do Paraná.

São essas as observações V. Exa. está de parabéns, em trazer nesta tarde de hoje, o debate a respeito desse problemas.

#### O SR. NEREU MOURA

Deputado Ângelo Vanhoni, somando os 30 milhões com mais 15 milhões, que se pretende agora para pagar os títulos podres, o Paraná estará desembolsando 45 milhões por mês, para pagar a conta só do Banestado. Se nós pensarmos que, com 10 milhões de reais, o governador Jaime Lerner poderia colocar calcário na propriedade de cada pequeno agricultor do Paraná; se pensarmos que com 10 milhões de reais o governador Jaime Lerner poderia instituir benefícios inconfundíveis, dá para ficar arrepiado com a maneira irresponsável, que o governo tem tratado o dinheiro do nosso Paraná!

#### O Sr. José Maria Ferreira

Concede-me um aparte, deputado?

(Assentimento)

Deputado Nereu Moura, V. Exa. vai sempre à tribuna trazendo assuntos que interessam a todo o Paraná, especialmente, nesta tarde. Quando V. Exa. diz que as Oposições falharam - eu, V. Exa. e tantos outros vivemos um momento ímpar naquele outubro de 2000. Eu não considero que falhei, porque o momento era conturbado. Não tínhamos para a questão do Banestado a mesma cla-

rividência que tínhamos em relação à Copel. A própria sociedade entendia que o Banco foi assaltado e que a classe política era um de seus assaltantes. Então, não tínhamos naquele momento a mesma postura da sociedade e também a própria Justiça não tinha o convencimento que tem hoje.

A Bancada de Oposição teve uma definição firme, aqui, desta Casa. Trabalhamos *pari passu* com os funcionários, com o sindicato dos bancários - então, não foi a Oposição. Nem a Oposição sequer foi questionada nesse aspecto. Poderíamos ir mais longe. Tínhamos o Fundef, o Fundep, recursos e compensação de variação salarial - eu também questioneei esses valores na Justiça. Mas a Justiça não deu causa. Não fui Oposição. Era um momento que nos era adverso. Hoje, por uma série de situações, a evolução do próprio processo de privatização dos nomes das empresas públicas, que tornou mais claro, por parte da Justiça e, hoje, chega com certeza ao julgamento que estão chegando.

Aceito a minha culpa, mas não como responsabilidade da Oposição.

#### O SR. NEREU MOURA

Deputado José Maria, a culpa pela privatização do Banco é do governo. Quem privatizou foi o governador Jaime Lerner. Quem vendeu o Banco do Estado foi o governador Jaime Lerner.

Nós, aqui, na Assembléia, deputados da Oposição, lutamos para impedir. Mas quis fazer um *mea culpa*, no sentido de que nós deixamos talvez, de buscar uma ferramenta que seria indispensável, para barrar essa maluquice, que era uma Ação Direta de Inconstitucionalidade. Buscamos, aqui, a nível de Justiça estadual o remédio para coibir esse procedimento. Não fomos felizes. Mas se tivéssemos buscado o remédio em Brasília, com certeza poderíamos ter barrado essa situação, que foi colocada ao povo do Paraná, pelo atual governo. Todavia, poderemos ainda, com um remédio paliativo, salvar o povo do Paraná, de que tenha que pagar 15 milhões por mês durante 36 meses, por conta da responsabilidade de maus negócios promovido pelo governo Jaime Lerner.

#### O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Pequeno Expediente, deputado Neivo Beraldin.

#### O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, senhores deputados.

A exemplo do que falou o deputado Nereu Moura, deputado Algaci Tulio, eu tenho a mais elevada satisfação de pedir a palavra para me pronunciar em favor desses caminhoneiros que estão sendo despejados da Renault. Em troca ela trai o grupo americano consorciado com o brasileiro, desempregando o nosso cidadão brasileiro, seja ele do Rio Grande do Sul ou de qualquer lugar desse Brasil, mas é brasileiro, e nós, na condição de paranaense, que demos o suor dos nossos filhos, das nossas famílias, remetendo dinheiro para a Renault pudesse ser

alavancada ao nosso Estado, não podemos permitir que se cometa tamanha injustiça com aqueles que precisam pagar as suas prestações, honrar os seus compromissos, e para tanto acabamos de formular a solicitação de uma Comissão Especial para tratar desse assunto junto à Renault.

Mais de 20 deputados que estão hoje presentes neste plenário assinaram este nosso pedido, e vamos tirar uma Comissão Especial para que possamos, em nome do Estado do Paraná, visto que os deputados são representantes do povo, intermediar uma reunião com a Renault. Não podemos permitir, sob hipótese alguma, que os senhores brasileiros, irmãos nossos fiquem abandonados ao largo, aonde passam os grandes interesses nacionais, e queremos ver evidenciada uma ação do Ministério Público Federal gaúcho, que pretende revelar a situação do transporte de veículos do nosso país, mas nós queremos fazer o que o Senador Álvaro Dias fez em Brasília, sem medo, pedir ao Ministro da Justiça, pedir às autoridades federais para que venham socorrer esses caminhoneiros aqui do Paraná, e por que não a Assembléia Legislativa promover uma reunião civilizada, mostrando que esses cidadãos fazem por merecer a continuidade do transporte de pelo menos 22%, haja visto que mais de 70% já pertence ao grupo americano consorciado dos brasileiros?

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

No Pequeno Expediente, deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, senhores deputados, o pessoal que está aqui nas tribunas da Assembléia precisa saber que outro dia esta Casa fez uma homenagem ao presidente da Renault, Jean Luc Menard. Ele é cidadão honorário do Paraná e levam praticamente todos nós a um constrangimento de votar favorável à concessão de um título de cidadania honorária.

Aliás, senhor presidente, eu já falei, várias vezes que nós deveríamos, praticamente proibir este tipo de homenagem, que está totalmente banalizada, o cara vem lá da França olhar somente os interesses da sua empresa, vem aqui, título de cidadão honorário do Paraná! E é dessa maneira que ele paga a todos vocês que trabalham, pelo Brasil, essa coisa toda.

Mas não é de estranhar, porque este país ainda não conseguiu a independência dele, em nada, nada! Uma hora dessas mesmo, eu não sei se o governador já chegou ou está indo, ele já fez 47 viagens lá para o exterior. Deve estar vendendo o que resta da Sanepar! Já vendeu tudo, estrada, Banestado, Ferroeste, muitas ações da Copel, enquanto isso vocês estão aí dizendo que não querem ser marginalizados, que vocês querem trabalhar!

Agora, governador que se preza, senhor presidente, senhores deputados, governador que se preza tem que

defender todos aqueles que trabalham no seu Estado! Poderão dizer: “Olha, fizeram um contrato mais favorável à empresa”. Ora, mais favorável à empresa não interessa, tem que ser mais favorável ao povo que aqui vive. Nós somos brasileiros, nós pagamos, senhores deputados, no ano passado, 135 bilhões de reais só de juros e serviços da dívida externa! 135 bilhões! Quando aparece um brasileiro que fala: “Olha, eu vou reestruturar a dívida brasileira, porque nós já a pagamos”, dezenas e dezenas de vezes uns calhordas, em todos os lugares, aliás, aparecem dizendo que nós somos caloteiros, que nós não queremos pagar!

É este governo que não tem coragem de se manifestar contra este bandido que é o 1º Ministro de Israel, que está fazendo uma matança, criminoso de guerra! E ninguém fala nada, nem publicam!

E vocês vão para casa amargando ter que viver num país como o nosso Brasil. Aqui no Paraná nós temos um milhão de desempregados e a Bancada do Governo vem aqui, todo dia, falar que nós estamos no paraíso.

Gente, se não houver organização popular, mobilização popular não vai chegar a lugar nenhum, porque agora nós estamos na boca de uma eleição e um governo que, durante sete anos não teve a mínima atenção, por exemplo, para com os professores que estão aí reivindicando reposição salarial, que deixou, em milhares de quilômetros de estradas, aparecer a destruição, agora, na boca da eleição vão resolver o problema, pegam um chequinho, levam no município, liberam 100 mil reais e aquilo é uma bênção que veio do céu! Só que aquelas pessoas, a grande maioria delas nem sabe que aquele dinheiro pode ser fruto do aumento dos impostos e que o Governo fez aprovar, aqui nesta Casa, porque o governo aqui é maioria. Então, você aumenta impostos, retira o dinheiro da sociedade e depois volta como se fosse uma benesse. E tem gente que quer se iludir com isso!

Eles iam governar para acabar com o clima de insegurança, vocês estão vendo aí, matam mais gente no Paraná, eu acho, do que na guerra entre árabes e judeus.

Não tem segurança, educação. As mulheres dos PM's vivem por aí querendo ser respeitadas através de salários que o governo poderia, se quisesse, dar aos seus servidores. mas o que o governo faz? O governo do Paraná gastou 509 milhões de dólares em propaganda, muitas vezes, propaganda enganosa e mentirosa, e nós ficamos aqui. Para termos comunicação com o Paraná nós temos que andar, andar e andar e nos reunirmos, porque o “esquemão” está montado.

Deixo aqui mais uma vez, a minha indignação em relação a tudo isso que está acontecendo e muita gente, mesmo aqui dentro, não está nem aí com nada! Quero registrar essa posição mais uma vez. Agora, vocês, precisam, como o médico faz quando vê uma radiografia: vocês precisam ler a radiografia. Não vão na conversa como os eleitores do Paraná foram na boca da eleição, inclusive os caminhoneiros, quando diminuíram as tarifas do pedágio, e muita gente que não estava tolerando o

governo, com aquela queda na tarifa acabou votando naquela que estava batendo de chicote no lombo de todo o mundo e está aí, tirando “sarro” de todo mundo!

Quem quiser se enganar eternamente, que se engane. Nós, da Oposição, temos cumprido, dentro das nossas possibilidades, o nosso compromisso com o povo. Olhem só, um grupo italiano, um grupo americano Axes insistiam “Eu não sou técnico no assunto” falei rapidamente com o presidente Afonso Carvalho e ele me passou alguns dados. O que fizeram? Compraram doze empresas e estão monopolizando tudo e vamos lá. Já, já vão fazer uma declaração favorável ao Sharon, outra ao le Pen, lá da França, porque é uma “Maravilha” esse “cara” também. Ele não gosta de mulher, de negro, de árabes, de turcos e esses são os governantes que nós temos por aí e quando nós levantamos a nossa voz aqui, ora, não tem sido fácil!

Nós cumprimos a nossa obrigação.

Cada um tem que ter a consciência de se organizar, de ser forte, para combater aqueles que estão aí, voltando as costas para a população do Paraná.

Para terminar, senhor presidente, V. Exa. está assumindo hoje a Presidência desta Casa. O presidente está se retirando, logicamente, para tratamento de assuntos particulares, mas eu queria dar as boas vindas a V. Exa.

Quero registrar que a Oposição está aqui e o governo, a Bancada de V. Exa., com as honrosas exceções do Moysés Leônidas, do Traiano, do Tureck e não sei, senhores “cegonheiros” se nessas últimas horas já em busca do chequinho para entregar na cidade, não sei se mais alguém já não tenha pulado para o lado de lá. É preciso que nós não façamos com que o esquecimento bata na casa de ninguém.

Aqui nesta tribuna subi quantas vezes para defender a não venda da Copel. O que é que eu argumentava que a Copel era? Competitiva, competente, lucrativa e estratégica. Do lado de lá do governo, o que é que diziam? Que ela não daria lucro, que não teria poder de competição.

O que é que aconteceu?

Saiu o balanço da Copel de 2001: quatrocentos e setenta e cinco milhões e trezentos mil reais de lucro líquido, depois de fazerem aquela farra que sempre fazem nas estatais do Paraná para dar cobertura direta ou indireta ao governo do Estado. Um governador que está ilhado aqui no Palácio, isolado, minoria brutal no Paraná e ainda é atrevido, porque fala: “Eu tenho a caneta!” Outro dia, numa reunião com prefeitos, muitos desses prefeitos andam mais curvados do que o Frei Damião, diante do governo. Todos assim. É o retrato do sifão. Jogou a caneta: “Eu, governador, tenho a caneta cheia!”. É aquele francês: “L’état cest moi”. Quer dizer: “O Estado sou eu”. Luiz XIV.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Consulto V. Exa. se deseja usar o Horário da Oposição.

**O SR. WALDYR PUGLIESI**

Uso o Horário da Oposição.

Concedo aparte ao deputado Vanhoni.

**O Sr. Ângelo Vanhoni**

Agradeço o seu aparte e aproveito para elogiar a sua participação na tribuna da Assembléia e gostaria de relembrar que no caso específico da Renault, eu não tenho certeza, porque, como o senhor sabe, as informações aqui na Assembléia, são muito parca. Não temos muita informação a respeito do que acontece no governo do Estado, o que seria dever do Estado, de prestá-las.

Parece-me que o governo, além de dilação de prazos para recolhimento do ICMS, também tem uma participação acionária no empreendimento da construção dessa fábrica de veículos aqui em São José dos Pinhais. Se tem, eu acho que é obrigação da Assembléia Legislativa, aprovar um requerimento solicitando explicações a respeito do dissídio entre os caminhoneiros e a empresa, e mais ainda, de convocar um representante da fábrica para que venha ao Poder Legislativo, prestar esclarecimentos que até agora não foram prestados à sociedade.

Então, um requerimento desta natureza, poderia ser apensado ainda hoje, para que o Plenário da Assembléia pudesse se manifestar a respeito desse propósito.

O deputado Neivo Beraldin solicita a formação de uma Comissão Especial. A Comissão Especial vai poder desenvolver um trabalho mais amíuê, mas a um requerimento, o Plenário já poderia se manifestar. Tenho certeza que a direção da Casa e a Bancada do governo do Estado irão nos apoiar, porque se trata, pelo relato que temos, de uma profunda discriminação contra os autônomos, contra os motoristas, contra as empresas paranaenses que aqui sobrevivem com muita dificuldade.

Obrigado.

**O SR. WALDYR PUGLIESI**

Agradeço o aparte.

Vocês que nunca me ouviram falar, talvez estejam perguntando porque estou falando tão alto assim. Bom, primeiro, tem que ser falado para ser ouvido, mas também para ver se a gente fica acima das conversas que apareçam aqui. Logicamente que para muitos o assunto não diz nada, mas a gente vê companheiros, sempre quando vocês vêm para a tribuna, fazer “chacrinha” para desviar a atenção. Não quero chamar, não sou de puxar a orelha de ninguém. Eu sou um “cara” que tem a maior autocrítica em relação a mim mesmo, mas tem algumas coisas que são intoleráveis. Mas eu sou desse jeito. Não estou aqui para pedir licença para ninguém. Estou nesta tribuna, tenho quase 34 anos de mandato, todos os mandatos conquistados a duras penas, com o meu trabalho, com o dos meus companheiros, sem comprar voto de ninguém, sem ter apoio de governador nenhum. É essa a minha caminhada!

É a minha verdade; a minha verdade pode ser a maior mentira para os do lado de lá. Eu tenho respeito

pelo Parlamento, respeito a opinião dos meus adversários, mas não abro mão, de jeito nenhum, de falar o que eu penso, de sentir aquilo que eu falo! Eu não sou feito de alumínio, não sou feito de palha! Na minha veia corre política, sangue, sou feito de nervos, de músculos! E tenho uma opinião, senhores companheiros: o voto não é mercadoria, no meu entendimento, que está no balcão para ser comprado como se compra meio quilo de fubá. Como se compra uma dose de pinga. O voto não é hóstia cívica e nem material de troca na campanha!

Adiante falar isso? Adianta falar? Adianta! Se uma pessoa ouvir, tudo bem! Olha, ainda prometo para mim mesmo, que subirei nesta tribuna e vou botar, não o dedo na ferida, vou botar as mãos, os braços, o corpo inteiro na ferida. Aí vamos ver o que acontece. Certamente, é aquilo que acontecia durante a ditadura, quando nós nos opúnhamos àqueles por exemplo, que saíam dos quartéis com carros frios, chapas frias para fazer as batidas contra os nossos companheiros, contra mim mesmo.

Fazer o MDB era uma dificuldade; se reunia lá no canto e precisávamos muitas vezes falar baixinho. Hoje é muito mais fácil acabar com o MDB, com o PT, com os partidos de Oposição com os chequinhos do próprio povo, tirado da própria comunidade para fazer enganação dos idiotas, dos covardes, aliás Samuel Johnson falou o seguinte: “tem gente que até apela para o patriotismo”. Então é o bairrismo, é o paroquialismo! Ele falou o seguinte: “O patriotismo, é o último refúgio dos velhacos”. Comparo muitas vezes essa frase a coisas que estão acontecendo neste Paraná. O tempo é pequeno, é curto, já usei meu horário, e quero mais uma vez, em meu nome e de alguns outros deputados agradecer, a condescendência de V. Exa. que permite com que passemos aliás, do estrito limite do horário que o funcionamento da Casa impõe a todos nós.

Então sejamos otimistas, o mundo não acabou, esses que governam achando que o Paraná começou quando eles assumiram o governo estão mentindo, mesmo que guardassem dinheiro da Sanepar, da Copel, do Governo do Estado, da Secretaria da Comunicação, estão mentindo.

O Paraná vem de longe, aliás, desde 1853 até agora, 19 de dezembro quando faremos 149 anos, nós temos essa caminhada. Desde 1853 até o início do governo Lerner, nós tínhamos uma dívida de um bilhão e quatrocentos. Ele sozinho, com Jogos Mundiais da Natureza, meteu essa dívida de 12, 13, 15, 17. Mas nem a “mãe do sarampo” sabe de quanto é.

Um Governo que não abre protocolo de intenções de assinatura, é um Governo que fica de costas para o povo e quer esconder. Nós não queremos esconder nada!

Nós somos cheios de defeitos. Procuramos acertar. Procuramos falar em nome daqueles que dão um voto para você representá-lo. Eu sempre procurei fazer isto. Não sou melhor do que ninguém. Mas, estamos aí. Quem precisar da nossa simples palavra, como me ofereci, aqui, agora, sem saber praticamente nada do assunto - e é pre-

ciso que o Sindicato coloque no papel e forneça a todos os deputados, não a nós, mas deputados do Governo, todos nós, sem discriminar ninguém, para que, se quiserem tomem conhecimento daquilo que está acontecendo, e tomando conhecimento daquilo que está acontecendo, que tomem a providência, que façam o que bem entenderem.

Eu agradeço, senhor presidente.

#### O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Não havendo nenhum orador inscrito no Pequeno Expediente e nem no Grande Expediente, no entendimento mantido com a Comissão Executiva, passamos a palavra ao presidente do Sindicato dos Transportes Rodoviário de Veículos, pelo período de 10 minutos, senhor Afonso Rodrigues de Carvalho, a quem convidamos para usar da tribuna.

#### O SR. AFONSO RODRIGUES DE CARVALHO

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Trago a esta tribuna o que está ocorrendo no Paraná, hoje, com esta classe de carreteiros e “cegonheiros”. Os “cegonheiros”, hoje, prestadores de serviço para a montadora Renault, implantada no Estado do Paraná, não pode, quando em São Paulo, carregar automóveis fabricados pelas montadoras Ford, GM e Volkswagen. Porém, quando os “cegonheiros” filiados ao Sindicato Nacional, que se intitulam Sindicato Nacional, mas não existe Sindicato Nacional porque cada Sindicato tem sua base de atuação, vêm ao Estado do Paraná e têm o privilégio de dividir, igualmente, o serviço na tela de transporte de automóveis da Renault.

Então, senhores deputados, quero lembrá-los de que hoje existe um monopólio no transporte de automóveis no Brasil. Dois grupos: um grupo italiano e um grupo americano, compraram as empresas aqui no Brasil e monopolizaram o transporte. Só que, até então, o Paraná não era refém, 100%, deste monopólio. Mas, desde o dia 24 passado, o Paraná passou a ser refém do monopólio de transporte no Brasil. Por que passou a ser refém? Porque a Axis, até então uma empresa americana, sediada em São Paulo, não prestava serviço na Renault.

Tiraram o serviço destes carreteiros que aqui hoje estão e passaram para a Axis, que é uma empresa americana, com sede em São Paulo, para que a mesma, que pertence ao grupo americano, junto com o grupo italiano, monopolizasse o transporte também no Paraná. Porque a Sada Transporte comprou no Brasil, até norte, a Brazul, a Transportadora da Cunha, a Tranzero e a Transmoreno. A Axis, aqui no Brasil, comprou a Transporte Schilater, a Sinimbu, a Transfer e a Translor.

Tais grupos fundaram uma associação que se denomina ANTV - Associação Nacional dos Transportadores de Veículos. Assim, somente quem opera junto às montadoras no Brasil são empresas como as já citadas, filiadas à ANTV.

Como em Curitiba, existe uma empresa não filiada, a Transportadora Gabardo, que trabalha com 40 carreteiros filiados e mais 40 carreteiros motoristas da empresa, não pertencem à ANTV e muito menos esses carreteiros são filiados ao Sindicato Nacional de “cegonheiros”, o que é que fizeram? Tiraram a Transportes Gabardo e colocaram a Axis. Aí vieram com uma desculpa de que o problema eram avarias, havia muitas avarias por parte dos “cegonheiros” que prestavam serviços à mesma. Isto é uma mentira e nós temos como provar.

Por que é que temos? Porque as nossas concessionárias, que nós transportamos, nos enviaram várias cartas e documentos e não querem que os carreteiros transportem para a Gabardo e muito menos que a Gabardo saia do transporte, porque isto é uma inverdade que foi criada, pela senhorita Valérié, que é uma francesa, diretora da Cat-Log. A Cat-Log é a empresa que faz, hoje, a logística de transportes da Renault. Esta empresa não tem uma cegonha, nunca teve uma cegonha no Brasil. Ela é detentora de toda a carga da Renault e distribui para as demais empresas. Ela não tem um carreteiro que presta serviços para ela.

Então, com a negociação que foi feita entre a Axis, Sinimbu e a Cat-Log, tiraram os carreteiros da Gabardo fora e colocaram a Axis!

Nós queremos que os carreteiros filiados ao Sindicato do Paraná permaneçam com essa fatia de 22% que era a nossa fatia de transporte, em torno de três mil a três mil e quinhentos veículos/mês. Que esse percentual seja dividido entre os carreteiros que já prestavam serviço para a montadora Renault e continuem fazendo esse transporte porque hoje, o que vemos fazer é só transportar automóvel e nada mais.

Tem carreteiros aqui que venderam as suas propriedades para financiar caminhões, estão pagando prestações de caminhões e vão pagar com o quê daqui para frente, se não temos o trabalho que é a única coisa que sabemos fazer?

Então, o que a Cat botou num documento e noticiou aí na imprensa que era deficiência, isso é uma mentira e nós temos como provar. Eu estive lá quando tivemos o movimento e o deputado Neivo nos procurou e tentamos até então participar de uma reunião que estava havendo entre a Gabardo e a Cat-Log e informaram ao deputado que ele deveria se dirigir à França, com um ofício, para poder participar de uma reunião à Cat-Log. Então, se um parlamentar do Estado do Paraná não tem acesso para uma reunião, muito menos um carreteiro que trabalha em cima de uma carreta ou o sindicato!

Se não respeitam um parlamentar que está aqui para representar o povo, como que nós vamos ter acesso?

Agradeço de hoje podermos estar aqui nesta Casa e ter tido esse espaço para poder sensibilizar os deputados para que haja uma mesa de negociações, para que possamos negociar através da Justiça, nós não iremos permanecer, jamais, no transporte aqui no Paraná e aí o monopólio está 100% legalizado no Brasil.

#### O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS (Questão de Ordem)

Senhor presidente.

Estou ouvindo o seu pronunciamento, e antes que o senhor termine, queria dizer que sou deputado de Londrina e tenho acompanhado, inclusive, essa questão da sua categoria, a quem tenho respeito profundo e conheço as dificuldades. Quero me unir com vocês, quero colocar não só o meu apoio, mas até alguns pontos de vista que defendemos nessa questão:

Acho a questão do monopólio nefasta, a Assembléia precisa, realmente, ter um posicionamento, porque na verdade essas empresas, as empresas que vão manter o monopólio, possivelmente, até os impostos elas estejam recolhendo em outros estados e não no Estado do Paraná.

Nós produzimos, aqui, a mercadoria que dá vazão para o enriquecimento e a manutenção do monopólio e aí nem os impostos deverão ficar no Estado do Paraná. Então, quero parabenizar a coragem de vocês, dizer que tem que realmente lutar se o mínimo for o de manter aquela fatia de 22% e a Assembléia tem que lhes dar o apoio que estão recebendo neste momento, mas deixar também registrada a nossa indignação pessoal, porque sempre estamos acostumados no Brasil a receber de cima para baixo, principalmente, quando o capital é estrangeiro e acabamos aplaudindo.

Tenho um respeito profundo pelo trabalho que vocês desenvolvem e acho que agora é a hora de denunciar publicamente, para que a Nação inteira saiba disso, porque o monopólio de transporte em alguns países é coisa de máfia mesmo, literalmente, pesada, e não devemos permitir que isto aconteça, principalmente, porque o Paraná está vivendo fora desse patamar que agora está se inserindo.

Então, parabéns ao senhor, que vem dessa forma sincera, colocar e aos demais seus colegas aí, quero dizer que tenho certeza que a Assembléia vai dar todo apoio possível, mas pessoalmente, não só como deputado, mas como advogado, estou do lado de vocês com indignação total do que está acontecendo.

Parabéns!

#### O SR. AFONSO RODRIGUES DE CARVALHO

Agradeço o apoio do deputado e aos demais que creio vão se sensibilizar com o nosso problema. Quero deixar bem claro aos companheiros que a maior arma que temos nas mãos é o nosso voto.

Então, quando vocês forem votar, votem conscientes, para que saibam quem está ao lado de vocês e quem vai defender a categoria nossa, dos cegonheiros, mas das demais categorias existentes no Brasil, hoje.

O que queremos é acabar com os monopólios dentro do Brasil, principalmente do nosso setor, que não vamos ficar calados, vamos continuar lutando.

Somos um grão de areia perante esse Sindican e essa ANTV, porque eles alegam que tem 1800 filiados. Nós temos 40 filiados, mas vamos enfrentar os 1800, se for preciso, porque até a semana passada, fomos margi-

nalizados perante o Estado do Paraná, porque colocaram um aparato em frente à Renault, de mais de 800 policiais, fizeram uma mega operação, para que não pudéssemos chegar perto da montadora; nós que trabalhamos há dez anos para essa montadora, nunca tivemos nenhum problema.

Puseram um aparato policial, porque deve estar sobrando policiamento no Paraná, para disponibilizar um batalhão inteiro para ficar guardando a Renault. Então ficamos preocupados com isso, porque garanto que o povo que precisa de policiamento, não tem!

Agora, estamos sendo vigiados até pela P2, porque estamos sendo marginalizados. Não somos marginais! Somos pais de família, trabalhadores, e queremos trabalhar e queremos o nosso trabalho de volta. Com certeza contamos com o apoio dos senhores agora, mais do que nunca, para reverter esse quadro.

Solicito a esta Casa, a formação de uma Comissão Especial Externa, para assuntos relacionados aos cegonheiros, e também uma Sessão Especial, para que possamos debater. Porque assim como nosso Sindicato do Paraná, existe o Sindicato do Rio Grande do Sul, da Bahia e do Espírito Santo, que estão juntos na luta, inclusive tem representantes aqui desses outros estados.

Então, gostaria de solicitar à Casa, uma Audiência Especial, uma Sessão Especial, para que pudéssemos debater, porque o assunto é profundo e temos um dossiê completo.

Peço aos senhores que nos ajudem, porque só com a política envolvida, que vamos conseguir reverter esse quadro, visto que este é um ano de eleição, creio que as pessoas que estão aí nos representam bem, estamos na Casa do Povo, a nossa Casa, fomos bem recebidos, graças a Deus.

O comandante nos parou e perguntou: “Informaram-me que vocês estavam vindo com as cegonhas para cá.”

Nós não estávamos vindo com as cegonhas.

Semana passada tentamos vir com os cavalinhos até aqui, para fazer uma passeata e fomos impedidos antes de chegar até aqui, por um batalhão, para não termos acesso até a Assembléia.

Mas tudo bem, vamos continuar dando o nosso recado, porque é “lutar, lutar”, e nós queremos é só trabalhar.

Peço apoio e agradeço esse espaço que vocês nos cederam hoje. E quero pedir aos colegas que continuem lutando junto, que não vamos desistir da nossa luta, que é uma luta honesta.

Só queremos trabalhar, só queremos o que é nosso, não queremos nada de ninguém e não estamos tirando nada de ninguém.

Muito obrigado, senhores!

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Queremos registrar a presença do prefeito de Seranópolis do Iguaçu, Sr. Nilo Perlin, bem como também

do prefeito de Santa Terezinha do Oeste, Sr. Francisco Menin.

Sejam todos bem-vindos.

Horário das Lideranças.

**O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)**

Senhor presidente, acho que aqui foi colocado pelo representante dos cegonheiros esta situação e parece-me, pelo menos é o que tenho evidenciado, um consenso aqui entre os deputados, de que é uma situação bastante complicada.

E tendo em vista que o representante da empresa, inclusive da Renault, há poucos dias recebeu aqui o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná. Acho que o mais importante, senhor presidente, V. Exa. que assume em caráter temporário a Casa, substituindo o nosso presidente Hermas Brandão, e até levando em consideração a proposição que faz o deputado Neivo Beraldin, apoiado por todos também desta Comissão Especial, mas que pudéssemos dar uma resposta aos nossos motoristas e cegonheiros que estão aqui, fazendo com que tivéssemos já de imediato, o esclarecimento para eles, qual será o papel da Assembléia Legislativa? Ou seja, o presidente da Assembléia Legislativa vai falar em nome da Assembléia, com o representante da Renault, solicitando explicações sobre essa questão?

Vamos aprovar a Comissão Especial para que possa averiguar essa questão?

Enfim, quais são as alternativas que teremos? Acho isso muito importante, porque senão, estão aqui os cegonheiros, eles vão embora daqui; amanhã a coisa já se dilui em outros problemas que temos no Estado do Paraná e as coisas ficam por isso mesmo. Acho isso extremamente importante. Aliás, presidente Elio Rusch, lembro-me de uma oportunidade em que tivemos um problema aqui com os agricultores do cinturão verde da Região Metropolitana de Curitiba e na oportunidade o nosso então saudoso presidente Anibal Khury tomou uma decisão naquele momento que ajudou - e muito - aqueles agricultores que estavam aqui a reclamar os seus direitos.

Acho que não podemos tão somente escutar os reclames daqueles que estão aqui, deixar que as coisas evoluam naturalmente e eles continuem nessa confusão toda, porque nós sabemos que essa questão do monopólio é uma questão que ultrapassa inclusive a boa vontade individual do deputado Moysés Leônidas, que se coloca inclusive como advogado para ajudar nessa questão.

Acho que enquanto Poder Público, nós que tivemos a participação aqui no Paraná para que a Renault se instalasse no nosso Estado, nós temos a condição de interferir para que se resolva esse problema aqui no Paraná.

Então, gostaria que V. Exa., em nome da Casa, tomasse as providências, enquanto se encontram aqui os motoristas esperando uma decisão da nossa parte.

Muito obrigado!



**O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)**

Senhor presidente, o deputado Augustinho Zucchi faz uma intervenção lúcida e pertinente, porque nós não podemos deixar esse assunto. Daqui a pouco vêm outros requerimentos, Ordem do Dia, daqui a pouco esvazia a Sessão e lá vão embora os nossos companheiros sem uma solução.

Então, encareço também à Mesa para que tome uma decisão no sentido de, evidentemente que uma Comissão Especial, conforme foi proposta, terá que ser votada. Agora é preciso que o líder do Governo, vice-líder, aqueles que darão quórum aqui para votar, os 28 que decidam de uma vez por todas, senão vamos ficar evidentemente levando essa história para frente e não vamos àquilo que é fundamental, que é resolver o problema dos cegonheiros.

Por isso eu gostaria que V. Exa. tomasse essa atitude e que colocasse para que o Plenário delibere antes mesmo da Ordem do Dia, esse assunto.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Antes da Sessão nós fomos procurados pelo deputado Algaci Tulio, que ia fazer o encaminhamento junto com a Executiva da Assembléia para a direção da Renault e logo em seguida nós tomamos conhecimento que o deputado Neivo Beraldin iria entrar com requerimento, como de fato entrou com o requerimento pedindo a formação de uma Comissão Especial.

Como o requerimento é subscrito por diversos senhores deputados, como tem quórum, suficiente, e nós já consideramos constituída essa Comissão Especial, apenas vamos preenchê-la com os parlamentares, nós vamos entrar em entendimento com os deputados Neivo e o Algaci, que na verdade foram os dois parlamentares aqui da Capital que iniciaram essa movimentação, e a Assembléia Legislativa, constituindo essa Comissão Especial, vai fazer esse trabalho e trazer para a Comissão Executiva e depois disso vamos tomar as providências.

**O SR. NEIVO BERALDIN**

Pela ordem, senhor presidente, mais uma vez.  
**(Assentimento)**

Senhor presidente, eu apenas quero me congratular com V. Exa. e com o deputado Algaci Tulio e todos aqueles que, oportunamente, estiveram nesta Sessão, como V. Exa. teve um comportamento agora exemplar, magnífico, com certeza vamos trazer uma resposta positiva aos cegonheiros.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Para que não exista nenhuma dúvida e para que não venha nenhuma arguição posterior, nós vamos colocar em votação o requerimento neste momento.

Os senhores deputados que aprovam o requerimento constituindo uma Comissão Especial, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Da mesma forma também queremos registrar a presença do nosso companheiro ex-deputado estadual e atual prefeito de Cascavel, Edgar Bueno.

Seja bem-vindo, sempre é um prazer recebê-lo aqui nas Sessões.

Horário das Lideranças.

Consulta a Liderança do PL, PSC, PSL, PDT, PT, PPB, PFL, PSDB, PTB, PPS, Liderança do Governo.

**(Todas declinam)**

**O SR. ELI GHELLERE (Pela Ordem)**

Quero registrar, senhor presidente, a presença do vereador de Santa Terezinha do Itaipu, do PDT, Celso V., e também do secretário da Indústria e Comércio do município de Medianeira, Mário.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Lino Rusch)**

Devidamente registrado e bem-vindos.

Nós temos o Requerimento nº 990, subscrito pelos senhores deputados Luiz Carlos Zuk - líder do PDT; Carlos Simões - líder do PTB; Cezar Silvestri - líder do PPS; Plauto Miró Guimarães - líder do PFL; Waldyr Pugliesi - líder do PMDB e Luciana Rafagnin - líder do PT, constante do expediente, solicitando que seja marcada a Sessão Ordinária do dia 30 de abril de 2002 para o período matutino.

Os deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

A Sessão está marcada para amanhã, às 10h00.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Requerimento nº 983, de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando licença de 10 (dez) dias no período de 29 do corrente mês a 08 de maio do próximo, para tratar de assuntos particulares. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Ofício/CTL/SEEG nº 161/2002, subscrito pelo governador do Estado, constante do expediente, comunicando seu afastamento do País, com destino aos Estados Unidos, no período compreendido entre 30 do corrente mês a 07 de maio próximo, com vistas a atender compromissos referentes a roadshow em Nova Iorque relativamente à listagem das ações da Sanepar na New York Stock Exchange - NYSE. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 014/2002, subscrito pela senhora vice-governadora do Estado, constante do expediente, comunicando seu afastamento do País com destino à Europa, a fim de, atendendo missão especial atribuída pelo governador do Estado, acompanhar atos de renovação do Acordo de Cooperação entre o Porto de Barcelona e o Porto de Paranaguá e Antonina, assim como tratativas

visando Acordo de Cooperação entre o Porto de Valência e o referido porto paranaense, e ainda manter contatos com autoridades da Catalunha e encontro com empresários espanhóis visando ampliação de investimentos no Paraná, para cujos objetivos seu afastamento abrangerá o período compreendido entre 29 do corrente e 09 de maio próximo. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do deputado Elio Rusch, constante do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Algaci Tulio, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

## ITEM 01

### VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 233/99, de autoria do deputado Ricardo Maia, que isenta do pagamento de taxa de vestibular alunos egressos de escola pública estadual. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

Está em votação o projeto. Os deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. WALDYR PUGLIESI

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. NEREU MOURA

Chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Convido o 1º secretário, deputado Marcos Isfer, para que faça a chamada dos senhores deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Marcos Isfer**)

(**Procede à chamada nominal**)

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Vinte e seis senhores deputados presentes.

Não há quórum para deliberar, apenas para prosseguimento da Sessão.

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDAS DE PLENÁRIO APOSTAS AO PROJETO DE LEI Nº 233/99

#### P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 233/99, de autoria do deputado Ricardo Maia, que isenta do pagamento de taxa de vesti-

bular, alunos egressos de escola pública estadual, recebeu quatro (04) emendas de plenário, as quais passamos a analisar, conforme segue:

EMENDA Nº 01 - de autoria do deputado Tiago Amorim Novaes:

Esta emenda abre essa isenção também para alunos da rede particular, quando comprovarem renda familiar mensal igual ou inferior a três salários-mínimos.

Do ponto de vista constitucional ou legal, não há óbice à tramitação dessa emenda. É muito mais uma decisão política que legal.

EMENDA Nº 02 - de autoria do deputado Cezar Silvestri.

A emenda em questão obriga a comprovação do estudo em escola pública no ato da inscrição e a comprovação de ser membro de família carente de recursos financeiros. Esses dados serão avaliados por comissão formada no âmbito das faculdades e universidades para esse fim.

No aspecto constitucional e legal não há óbice à tramitação dessa emenda.

EMENDAS Nºs 03 e 04 de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães.

A emenda 03 isenta do pagamento da taxa o aluno que comprove ter ao menos estudado o último ano de ensino médio em instituição pública.

A emenda 04 obriga o aluno a comprovar renda familiar inferior a quatro salários-mínimos.

Do ponto de vista legal ou constitucional, não há impedimento à apreciação dessas emendas.

Como já foi exposto acima, trata-se mais de uma medida política e social escolher quais os inscritos que, observadas determinadas exigências, poderão gozar de isenção do pagamento da taxa de inscrição do concurso vestibular nas faculdades de universidades do Estado.

Essas instituições, mesmo que dotadas de autonomia, continuam a ser organizações públicas do Estado do Paraná.

Sala das Comissões, em 13.03.2001

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

Apoioimento:

Eli Ghellere, Algaci Tulio, Caíto Quintana, Sérgio Spada, Duílio Genari, Hermes Fonseca, Chico Noroeste, Orlando Pessuti, Serafina Carrilho, José Maria Ferreira.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1001, de autoria do deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 992, de autoria do deputado Neivo Beraldin, com apoioimento dos deputados Waldyr Pugliesi, Hermes Fonseca, Augustinho Zucchi, Luiz Car-

los Zuk e demais deputados, constante do expediente, solicitando a formação de uma Comissão Especial Externa, composta por cinco membros, para tratar de assuntos relacionados aos cegonheiros, junto à fábrica Renault do Brasil, em São José dos Pinhais. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

**O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)**

Quero fazer inicialmente um comunicado à Casa e a todos que aqui estão que no dia de amanhã a deputada Luciana Rafagnin e o deputado Eli Ghellere, membros titulares da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Alimentos, CPI do Leite, estarão representando a todos os membros desta CPI em reunião que acontecerá nas dependências do Ministério da Agricultura, em Brasília, quando estarão sendo discutidos os fundamentos com vistas à implantação da Portaria 56, que trata da qualidade, da higiene, da sanidade do leite.

Faço este registro como presidente da CPI para que todos saibam deste acontecimento.

Num segundo momento solidarizar-me também ao deputado Neivo Beraldin pela proposta desta Comissão Especial e depois vou conversar com meu líder para que, se possível, possa fazer parte desta Comissão, já que no início de toda essa turbulência dos cegonheiros da Gabardo em relação à Renault, nós, de alguma forma, estivemos envolvidos com isto, a pedido do deputado rio-grandense, deputado Lara, que nos ligou e pediu que intermediássemos esta questão e naquela oportunidade conversamos com o presidente do sindicato, conversamos também com o deputado Seleme que também procurou interferir, mas infelizmente os nossos apelos não foram ouvidos pelos dirigentes tanto da Renault, como da Cata-Log.

Então, nós queremos nos colocar à disposição também.

**O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem)**

Senhor presidente, a fim de que possamos completar o trabalho de hoje e começar a trabalhar amanhã, acho que se fosse possível V. Exa. designar os cinco membros, para que se possa dar início a uma reunião com o sindicato, que aqui está presente, para que depois possamos marcar uma reunião com a Renault e assim prosseguirmos o trabalho.

Parece que, aqui, o PMDB está tirando de consenso o deputado Strapasson. Parece-me que o deputado Algaci Tulio tem que ser membro, porque é um dos que lutou. O deputado Leônidas parece-me que também se pronunciou à disposição. Falta apenas um membro que seja representante da bancada do governo, para que possamos ter os cinco deputados que vão dar prosseguimento a essa Comissão Especial, no sentido de resolver essa questão.

**O SR. ALGACI TULIO**

Senhor presidente, o deputado Marcos Isfer se coloca também à disposição, para formar essa Comissão Especial.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Nesta tarde, ainda hoje, formaremos essa comissão, com todos os seus nomes e nada impede que o deputado Neivo Beraldin e o deputado Algaci Tulio possam manter esse entendimento com as lideranças e possam colher os dados e os subsídios que são necessários.

Lembrando que, amanhã, às 18h30min teremos uma Sessão Especial em homenagem ao Dia do Trabalhador, proposta pelo deputado Luiz Accorsi.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra parte para terça-feira, dia 30, às dez horas com a seguinte

**ORDEM O DIA:**

**EM VOTAÇÃO**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 233/99.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 579/2001, 034, 035, 126 e 135/2002.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 109, 212, 381/2000, 112, 271, 299, 363, 679/2001 e 091/2002.

Levanta-se a Sessão.